

15.º Relatório Trimestral da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça Julho a setembro de 2013

INTRODUÇÃO

A Resolução 103, de 24 de fevereiro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, estabelece que *“a Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça tem por missão servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e o Conselho Nacional de Justiça, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Conselho, bem como promover a articulação com as demais Ouvidorias judiciais para o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário.”*

A Ouvidoria do CNJ foi criada pela Resolução 67, de 3 de março de 2009, que instituiu o novo Regimento Interno do Conselho, e tem suas atribuições fixadas na Resolução 103/2010.

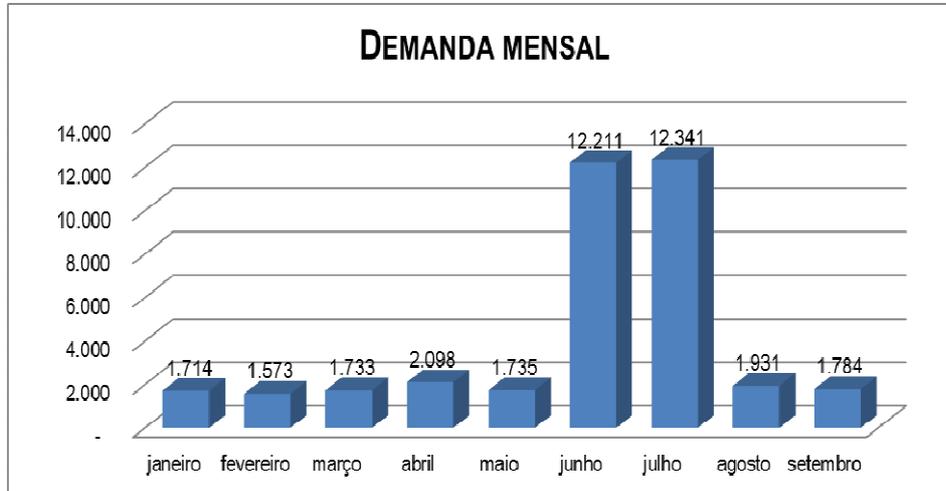
Em parte do período compreendido neste relatório, exerceu a função de Ouvidor o Conselheiro WELLINGTON CABRAL SARAIVA, o qual exerceu suas atividades até o dia 14 de agosto de 2013.

Na 174ª sessão plenária, de 10 de setembro de 2013, foi eleito o novo Conselheiro Ouvidor, GILBERTO VALENTE MARTINS.

Este relatório é apresentado em Plenário em cumprimento ao disposto no artigo 4º, VII, da resolução e contém dados estatísticos relativos às atividades desenvolvidas nos meses de julho a setembro de 2013.

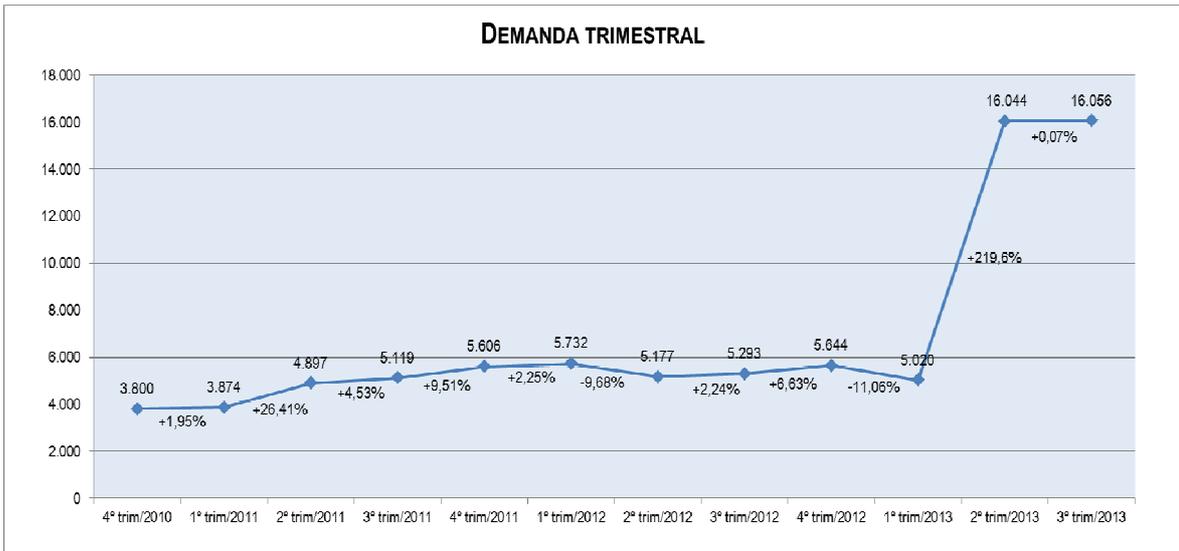
1. AS DEMANDAS RECEBIDAS

No terceiro trimestre de 2013, a Ouvidoria recebeu 16.056 demandas, não computadas manifestações duplicadas ou que representaram continuação de demanda anterior, o que totalizou 814 manifestações.



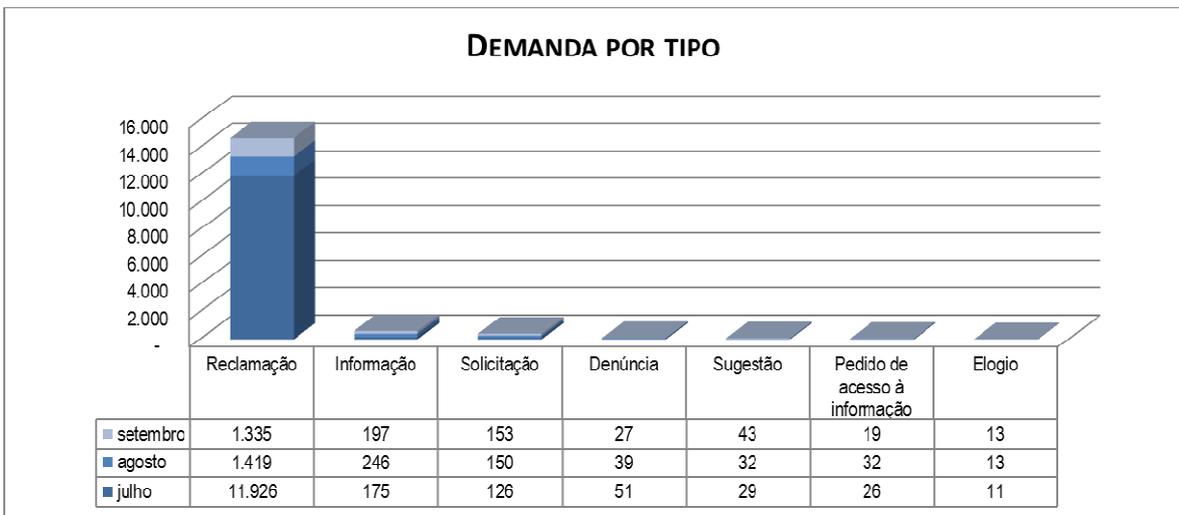
A média mensal no trimestre foi de 5.352 relatos, dado que representa aumento de 0,07% quando comparado à média do segundo trimestre de 2013, que foi de 5.348, porém, quando comparado ao primeiro trimestre do ano, representa aumento de 219,84%. O aumento ocorreu em virtude do expressivo número de demandas recebidas no final do mês de junho e início do mês de julho, sobre o processo judicial da sociedade empresária Ympactus Comercial Ltda. – Telexfree (vide item 2.2). Do total de demandas recebidas no ano de 2013, que foi de 37.120, mais da metade foram recebidas nos meses de junho e julho (24.552 = 66,14%).

O gráfico adiante permite observar a evolução entre o último trimestre de 2010 e o terceiro de 2013. Na série entre o 4.º trim/2010 e o 1.º trim/2013, a demanda apresentou crescimentos suaves, com quedas no 2.º trim/2012 e no 1.º trim/2013. O segundo trimestre de 2013 apresentou acentuado crescimento, de 219,6%, e a demanda permaneceu alta no 3.º trim/2013. O tema que ocasionou essa elevação será detalhado no item 2.2.



A forma de comunicação mais comum com a Ouvidoria é a virtual, com 15.956 (99,38%) manifestações recebidas pelo sistema eletrônico de atendimento na internet, e 73 (0,45%) por correio eletrônico. As demais manifestações foram recebidas por ligação telefônica (21 = 0,13%), por correspondência (3 = 0,02%), ofício (2 = 0,01%) e atendimento presencial (1 = 0,01%). Esses números espelham apenas os atendimentos telefônicos e presenciais cadastrados no sistema da Ouvidoria, pois não foram resolvidos durante o atendimento e demandaram registro para providências posteriores.

Levando em consideração os tipos de demandas, a maior parte é de reclamações (14.680 = 91,4%), de pedidos de informações (618 = 3,85%) e solicitações (429 = 2,67%), conforme o gráfico abaixo. Indicam-se também os pedidos de acesso à informação previstos na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, que totalizaram 77 registros (0,48%). Há constância em relação ao mesmo trimestre anterior, pois foram recebidas naquele período 14.565 (90,73%) reclamações, 678 (4,22%) pedidos de informações e 405 (2,52%) solicitações.

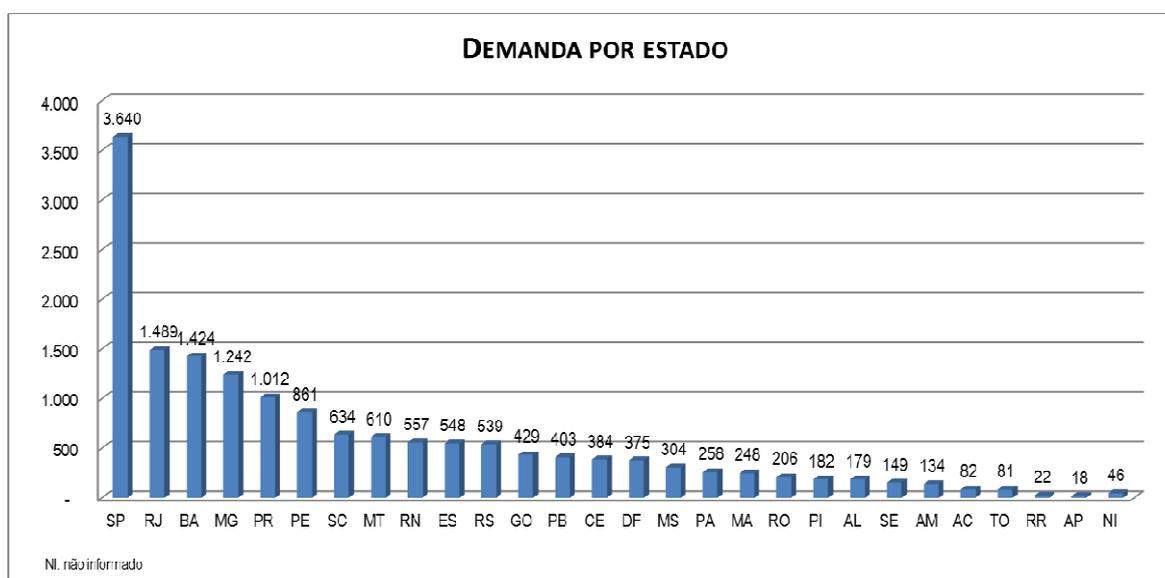


O quadro a seguir mostra a predominância de manifestações enviadas por profissionais liberais ou autônomos (16,01%), empregados de empresas privadas (14,08%) e servidores públicos (10,76%), perfil que permanece constante em

comparação aos dados do segundo trimestre, em que 2.604 (16,23%) manifestações foram enviadas por profissionais liberais, 2.318 (14,45%) por empregados de empresas privadas e 1.907 (11,89%) por servidores públicos.

Ocupação	Total	%
Profissional liberal ou autônomo	2.571	16,01%
Empregado de empresa privada	2.260	14,08%
Servidor público	1.728	10,76%
Estudante	1.658	10,33%
Desempregado	1.634	10,18%
Advogado	1.281	7,98%
Empresário	1.160	7,22%
Aposentado	849	5,29%
Empregado público	597	3,72%
Militar	375	2,34%
Pensionista	125	0,78%
Presidiário	80	0,50%
Jornalista	62	0,39%
Magistrado	26	0,16%
Perito	21	0,13%
Defensor público	18	0,11%
Membro do Ministério Público	13	0,08%
Delegado de polícia	10	0,06%
Procurador/advogado público	7	0,04%
Não informado	1.581	9,85%
Total Geral	16.056	100,00%

O quadro seguinte registra o número de demandas conforme o Estado de origem. O maior número de manifestações provém de São Paulo (3.640 = 22,67%), Rio de Janeiro (1.489 = 9,27%), Bahia (1.424 = 8,87%) e Minas Gerais (1.242 = 7,74%). Em comparação com o trimestre anterior, os quatro primeiros estados com maior demanda foram São Paulo (3.570 = 22,25%), Rio de Janeiro (1.510 = 9,41%), Bahia (1.383 = 8,62%) e Minas Gerais (1.216 = 7,58%).



2. OS TEMAS DAS DEMANDAS

O próximo quadro apresenta a quantidade de demandas recebidas na Ouvidoria classificadas segundo tipos e temas. O tema “*processo sobre a sociedade empresária Ympactus Comercial Ltda. (TelexTree)*” obteve um total de 10.313 registros (64,21% do total) e ultrapassou o tema “*morosidade processual*”, que tem figurado como mais demandado nos relatórios elaborados por esta Ouvidoria, com exceção do referente ao último trimestre. As manifestações sobre a TelexFree serão detalhadas no item 2.2.

Não obstante, em análise ao conjunto de demandas do período, desconsiderando as manifestações sobre a sociedade empresária Ympactus Comercial Ltda. (TelexTree), o tema *morosidade processual* representa 43,16% dos registros. O assunto será detalhado no item 2.4 deste relatório.

Os relatos que tratam da *atuação de magistrado* aparecem em terceiro lugar, com 1,37%, sendo 220 registros. A Ouvidoria, nesses casos, orienta o interessado a formalizar requerimento ao Conselho Nacional de Justiça ou à corregedoria do respectivo tribunal, ou mesmo efetua encaminhamento ao órgão competente.

Com base na Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011), que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, foram recebidos 77 pedidos, assunto detalhado no item 2.3.

Demandas acerca de processos em curso no CNJ (andamento/situação processual no CNJ), inclusive na Corregedoria Nacional de Justiça (andamento/situação processual na Corregedoria Nacional de Justiça), somaram 126 registros, ou seja, 0,78% do total.

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO	ELOGIO	TOTAL GERAL
Processo sobre a sociedade empresária Ympactus Comercial Ltda. (TelexTree)	10.302	2	6	1	2			10.313
Morosidade processual no Poder Judiciário	2.408	18	45	8		2		2.481
Atuação de magistrado	184	4	3	20	1	2	6	220
Concurso público para servidor do Poder Judiciário	182	10	4	14		2		212
Decisão judicial	180	6	1	5		1		193
Demanda insuficiente para classificação	120	27	21	7	2	4		181
Demanda fora da competência do CNJ	109	17	16	22	7	5	1	177
Matéria de cunho jurisdicional	130	8	35	1				174
Administração de tribunal	152	5	10	3	2			172
Funcionamento/procedimento de vara/comarca	130	5	4	1			2	142
Como peticionar ao CNJ	68	36	18	6			1	129
Consulta jurídica	25	66	26					117
Serventia extrajudicial	65	25	15	1	2	1		109

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO	ELOGIO	TOTAL GERAL
Andamento/situação de processo judicial	30	42	12			9	1	94
Andamento/situação processual no CNJ (sem sigilo)	39	14	24			7		84
Cumprimento de decisão judicial	66	2	3	1				72
Execução penal (regime de cumprimento de pena)	45	6	8	2	1			62
Atuação de servidor/funcionário do Poder Judiciário	46	2		7			5	60
Atuação do Supremo Tribunal Federal	43	7	6		1	2		59
Melhorias para o Poder Judiciário	3		5		49			57
Projetos/programas do CNJ	4	28	11	2	4	3		52
Censo do Poder Judiciário	21	9	6		11		1	48
Sistema carcerário e sistema de execução de medidas socioeducativas	38	4	2	1				45
Acesso a sistemas de informação de órgão do Poder Judiciário	36	3	2		1			42
Atos administrativos do CNJ	3	19	14		1	4		41
Consulta de mérito	4	24	6					34
Andamento/situação processual na Corregedoria Nacional de Justiça	14	11	4	1		3		33
Resposta/atuação da Ouvidoria do CNJ	4	11	4			3	11	33
Processo Judicial Eletrônico (PJe)	21	5	2		4			32
Pagamento e gestão de precatórios (Res. 115/2010, Res. 123/2010 e Res. 145/2012)	22	4	5					31
Extravio de processo ou documento/restauração de autos	29							29
Pesquisa	2	7	15			1		25
Acesso a sistemas do CNJ	10	6	4	1		1		22
Recebimento de documento no CNJ/protocolo/número de processo	4	13				1		18
Atividade jurídica (Res. 75/2009)	3	10	2		1	1		17
Cadastro Nacional de Adoção - CNA (Res. 54/2008 e Res. 93/2009)	5	7	3			2		17
Cumprimento de decisão do CNJ	13	2	1					16
Jornada de trabalho, preenchimento de cargos em comissão e limite de servidores requisitados (Res. 88/2009)	14	2						16
Curso promovido pelo CNJ	1	10	2		2			15
Processo eletrônico do CNJ (E-CNJ)	4	7	3			1		15
Conciliação e mediação	1	7	3		2		1	14
Informações gerais sobre o CNJ		7	5			2		14
Projudi	10	3			1			14

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO	ELOGIO	TOTAL GERAL
Decisão do CNJ	6	6	1					13
Atos administrativos de tribunal	5	2	2	2				11
Cadastro Nacional de Improbidade Administrativa - CNIA (Res. 44/2007, Res. 50/2008 e Res. 172/2013)	3	6	2					11
Assistência judiciária	1	1	8					10
Competência do CNJ	1	9						10
Concurso público para ingresso na carreira da magistratura (Res. 75/2009 e Res. 118/2010)	6	2	1			1		10
Nepotismo nos demais Poderes	4	3	1	2				10
Projeto Pai Presente	2	6	2					10
Andamento/situação processual no CNJ (com sigilo)	4	2	1			2		9
Banco de Dados de Mandados de Prisão - BNMP (Res. 137/2011)	2	3	2		1	1		9
Concurso público para a outorga das delegações de notas e de registro (Res. 81/2009 e Res. 122/2010)	6	2			1			9
Justiça Aberta	2	5	2					9
Autor. de viagem para o ext. de crianças e adolescentes (Res. 131/2011)		4	2		2			8
Cartilhas produzidas pelo CNJ			7		1			8
Nepotismo no Poder Judiciário	3	4	1					8
Portal do CNJ	3	2	1		1		1	8
Atuação do CNJ	1	1	1				4	7
Outros concursos públicos	5			2				7
Renajud	1	3	2		1			7
Concurso de remoção	1	4	1					6
Concurso público para servidor do CNJ		6						6
Morosidade no cumprimento de decisão judicial	6							6
Sigilo/anonimato	2	2		2				6
Atuação da Corregedoria Nacional de Justiça	3		1			1		5
Casamento civil entre pessoas de mesmo sexo (Res. 175/2013)	3	1						4
Evento promovido pelo CNJ		2	2					4
Imprensa do CNJ			4					4
Metas nacionais do Poder Judiciário		2				2		4
Mutirão carcerário		1	1			2		4
Transparência Poder Judiciário		1	1			2		4
Atuação de Ouvidoria de Tribunal	3							3
Atuação do Ministro Presidente do CNJ							3	3
Cumprimento da Lei de Acesso à Informação			1			2		3
Estágio no CNJ		3						3

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO	ELOGIO	TOTAL GERAL
Implementação da Lei de Acesso à Informação						3		3
Inspeções no Poder Judiciário		1	2					3
Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA (Res. 63/2008)		1	1			1		3
Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas		2						2
Jurisprudência do CNJ - Infojuris		1	1					2
Projeto Começar de Novo		1	1					2
Regulamentação do CNJ sobre a Lei de Acesso à Informação - divulgação das remunerações (Res. 151/2012)	1		1					2
Tabelas processuais unificadas (Res. 46/2007)		1	1					2
Tentativa de golpe utilizando nome de órgão do Poder Judiciário		1		1				2
Tentativa de golpe utilizando o nome do CNJ				2				2
Atuação de Corregedoria de Tribunal	1							1
Bacenjud (Res. 61/2008)					1			1
Justiça em Números/estatísticas		1						1
Morosidade processual no CNJ	1							1
Numeração única			1					1
Recesso forense/plantão judicial	1							1
Remuneração percebida por magistrado ou servidor do Poder Judiciário						1		1
Requisito para provimento do cargo de Oficial de Justiça (Res. 119/2010)		1						1
Sessões plenárias do CNJ		1						1
Transparência CNJ	1							1
Outros assuntos	12	23	18	2	2	2		59
Total Geral	14.680	618	429	117	104	77	37	16.062

2.1 DADOS DOS PROCESSOS

Dos relatos recebidos no trimestre, 5.892 (36,7%) continham os dados do processo a que se referiam, como número, unidade judiciária, instância, classe e situação de julgamento, ou seja, se o processo fora julgado ou se encontrava em fase de execução.

Abaixo segue a discriminação segundo o ramo ou tribunal de onde se originaram:

LOCALIZAÇÃO	TOTAIS	%
Justiça Estadual	4.268	72,44%
Conselho Nacional de Justiça	495	8,40%
Justiça Federal	418	7,09%

LOCALIZAÇÃO	TOTAIS	%
Justiça do Trabalho	288	4,89%
Supremo Tribunal Federal	145	2,46%
Superior Tribunal de Justiça	121	2,05%
Justiça Eleitoral	85	1,44%
Tribunal Superior do Trabalho	36	0,61%
Tribunal Superior Eleitoral	19	0,32%
Justiça Militar Estadual	3	0,05%
Justiça Militar da União	3	0,05%
Superior Tribunal Militar	1	0,02%
Não informado	10	0,17%
Total geral	5.892	100,00%

A tabela abaixo agrupa os dados dos processos objeto de manifestação, conforme tratem de feitos julgados ou em fase de execução. A maior demanda é sobre processos ainda não julgados, com 59,89% das manifestações, e a maioria dos processos não estava na fase executória, com 67,16%. Verificou-se constância em comparação com o trimestre anterior, pois neste intervalo, a maioria não havia sido julgado (71,11%); e a maior parte não havia alcançado a fase executória (78,8%).

Localização	Julgado			Em execução			Totais
	Sim	Não	NI/NA	Sim	Não	NI/NA	
Justiça Estadual	1.339	2.929		1.040	3.228		4.268
Conselho Nacional de Justiça			495			495	495
Justiça Federal	168	250		103	315		418
Justiça do Trabalho	230	58		190	98		288
Supremo Tribunal Federal	36	109		34	111		145
Superior Tribunal de Justiça	41	80		31	90		121
Justiça Eleitoral	20	65		16	69		85
Tribunal Superior do Trabalho	18	18		12	24		36
Tribunal Superior Eleitoral	3	16		2	17		19
Justiça Militar Estadual	1	2		1	2		3
Justiça Militar da União	1	2			3		3
Superior Tribunal Militar	1			1			1
Não informado			10			10	10
Total geral	1.858	3.529	505	1.430	3.957	505	5.892
	31,53%	59,89%	8,57%	24,27%	67,16%	8,57%	100,00%

NI/NA: não informado/não se aplica.

Das manifestações que continham dados do processo, a maior parte, 2.469 (39,23%), tratava do processo judicial sobre TelexFree, em tramitação na Justiça Estadual do Acre. A segunda maior demanda referiu-se à morosidade processual, em 2.248 (35,72%). Os temas são tratados individualmente nos tópicos 2.2 e 2.4 deste relatório.

2.2 PROCESSO SOBRE A SOCIEDADE EMPRESÁRIA YMPACTUS COMERCIAL LTDA (TELEXFREE)

A Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça recebeu um pico de manifestações pertinentes ao processo 0001475-36.2013.8.01.0000 (nº. de origem 0005669-76.2013.8.01.0001), em tramitação na Justiça Estadual do Acre, a respeito da suspensão das atividades da sociedade empresária Ympactus Comercial Ltda (TelexFree) e/ou do ritmo de tramitação dos autos. Esse expressivo número de demandas iniciou-se nos últimos três dias do mês de junho e permaneceu alto nas primeiras duas semanas de julho. No 3.º trimestre, foram recebidas 10.313 manifestações.

A Ouvidoria orientou os manifestantes sobre o âmbito de atuação do Conselho Nacional de Justiça, de forma que falece o Órgão de competência para analisar e modificar a decisão judicial. Esclareceu ainda que não é cabível processo disciplinar contra magistrado motivado na discordância da decisão proferida.

A tramitação do processo foi analisada pelo Conselheiro Wellington Cabral Saraiva, então Ouvidor do CNJ, o qual não vislumbrou a ocorrência de demora injustificada que motivasse providências pelo Conselho.

2.3 PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Recebemos no terceiro trimestre um total de 77 pedidos fundamentados na Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei nº 12.527/2011), que entrou em vigor em 16 de maio de 2012.

A maior parte dos pedidos solicitava informações sobre o andamento de processos judiciais, informações sobre o andamento de processos no Conselho e ainda informações sobre os atos normativos do CNJ.

Além dos 77 pedidos de acesso à informação, receberam-se outras 6 manifestações que tratavam de assuntos relacionados à LAI, como sobre a Resolução 151, de 5 de julho de 2012, que regulamentou a publicação da remuneração dos membros, servidores e colaboradores do Poder Judiciário, ou sobre a remuneração percebida, após a divulgação dos valores com identificação nominal do beneficiário.

Os pedidos de acesso à informação tratavam sobre o uso de veículos oficiais deste Conselho, passagens, diárias e auxílios pagos, gastos com ligações telefônicas, entre outros.

2.4 MOROSIDADE PROCESSUAL

A segunda maior demanda foi de manifestações referentes à morosidade processual no Poder Judiciário e representou 15,45% (2.481) dos registros recebidos entre julho e setembro de 2013. Desconsiderando as manifestações referentes ao processo da TelexFree, representam 43,16% dos registros, o que segue a

média dos relatórios anteriores. Tomando em conta apenas as demandas com essa classificação temática, 97,06% (2.408) são reclamações.

Considerando o perfil dos demandantes, 8,83% são de pessoas com deficiência ou doença grave e 16,44% de maiores de 60 anos. Levando em consideração o gênero, 67,03% são de pessoas do sexo masculino, como mostram os quadros a seguir. Ao comparar os dados deste relatório com os do 2.º trimestre de 2013, percebeu-se constância nos percentuais, pois, naquele período, 8,58% foram manifestações de pessoas com deficiência, 15,81% de idosos e 67,13% de pessoas do sexo masculino.

	PORTADOR DE DEFICIÊNCIA OU DOENÇA GRAVE		IDOSO		SEXO		
	TOTAIS	%	TOTAIS	%	TOTAIS	%	
Não	2.262	91,17%	2.073	83,56%	Feminino	818	32,97%
Sim	219	8,83%	408	16,44%	Masculino	1.663	67,03%
Total geral	2.481	100,00%	2.481	100,00%	Total geral	2.481	100,00%

Relativamente à origem por Estado, Rio de Janeiro tem o maior percentual de demandas referentes à morosidade processual, com 31,99% do total ali originado, seguida do Amazonas, com 31,34%, e do Ceará, com 31,25%. A tabela seguinte revela variação no que tange ao trimestre antecedente, no qual figurou em primeiro lugar o Rio de Janeiro, com 29,6%, seguido do Piauí, com 27,34%, e do Amazonas, com 26,5%.

ESTADO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAIS	%
RJ	477	1.491	31,99%
AM	42	134	31,34%
CE	120	384	31,25%
TO	23	81	28,40%
RR	5	22	22,73%
AL	36	179	20,11%
PA	51	258	19,77%
BA	279	1.424	19,59%
GO	77	430	17,91%
MA	42	248	16,94%
MG	205	1.242	16,51%
DF	56	375	14,93%
SP	521	3.643	14,30%
PB	56	403	13,90%
PI	23	182	12,64%
PE	103	861	11,96%
RS	63	539	11,69%
MS	35	304	11,51%
AP	2	18	11,11%
AC	9	82	10,98%
SE	13	149	8,72%

ESTADO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAIS	%
ES	45	548	8,21%
PR	80	1.012	7,91%
RN	36	557	6,46%
MT	35	610	5,74%
RO	11	206	5,34%
SC	30	634	4,73%
NI	6	46	13,04%
Total Geral	2.481	16.062	15,45%

No quadro que se segue, detalha-se a classe dos demandantes. O maior percentual de demandas sobre morosidade processual originou-se dos advogados, com 50,19%, seguido de réus presos, com 41,25%, e dos aposentados, com 40,21%. No 2.º trimestre de 2013, as três primeiras posições estavam os advogados (47,36%), membros do Ministério Público (40%) e cidadãos aposentados (36,73%).

OCUPAÇÃO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAL	%
Advogado	644	1.283	50,19%
Presidiário	33	80	41,25%
Aposentado	341	848	40,21%
Membro do Ministério Público	4	13	30,77%
Procurador/advogado público	2	7	28,57%
Pensionista	35	125	28,00%
Defensor público	4	18	22,22%
Delegado de polícia	2	10	20,00%
Servidor público	332	1.733	19,16%
Empregado público	104	597	17,42%
Militar	58	375	15,47%
Perito	3	21	14,29%
Jornalista	8	62	12,90%
Desempregado	179	1.634	10,95%
Empregado de empresa privada	195	2.260	8,63%
Estudante	131	1.658	7,90%
Profissional liberal ou autônomo	157	2.571	6,11%
Empresário	62	1.160	5,34%
Magistrado	1	26	3,85%
Não informado	186	1.581	11,76%
Total Geral	2.481	16.062	15,45%

Das 5.892 manifestações recebidas com dados do processo, 2.248 foram classificadas com o tema *morosidade processual*.

No que se refere à origem dos processos, a maioria tramita na Justiça Estadual, 1.564 (70,39%), seguindo-se a Federal, com 286 (12,87%), e a Justiça do Trabalho, com 166 (7,47%).

Quando observamos as 1ª e 2ª instâncias em que tais processos se encontram, vê-se que, na Justiça Estadual, 1.065 (68,09%) está no 1ª grau; e na Justiça eleitoral, 34 (69,39%) encontrava-se no 1º grau. Na Justiça Federal e do Trabalho, pudemos observar que o maior percentual era de processos no 2º grau, com 155 (54,2%) e 88 (53,01%), respectivamente.

Localização	1ª instância	2ª instância	N/A	DI	Totais	%
Justiça Estadual	1.065	498	-	1	1.564	70,39%
Justiça Federal	131	155	-	-	286	12,87%
Justiça do Trabalho	78	88	-	-	166	7,47%
Superior Tribunal de Justiça	-	-	-	-	62	2,79%
Conselho Nacional de Justiça	-	-	52	-	52	2,34%
Justiça Eleitoral	34	15	-	-	49	2,21%
Tribunal Superior do Trabalho	-	-	-	-	29	1,31%
Tribunal Superior Eleitoral	-	-	-	-	10	0,45%
Justiça Militar da União	1	-	-	-	1	0,05%
Superior Tribunal Militar	-	-	-	-	1	0,05%
Não informado	-	-	-	-	2	0,09%
Total geral	1.309	756	68	1	2.222	100,00%

Não foram computados os processos em tramitação no STF.

N/A: não se aplica. DI: dado incorreto

Na tabela a seguir, detalham-se as classes dos processos tratados nas demandas classificadas como morosidade processual:

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	CNJ	STJ	JUSTIÇA ELEITORAL	TST	TSE	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	STM	NI	TOTAL GERAL
Procedimento do Juizado Especial Cível	173	33										206
Ação Trabalhista - rito ordinário		1	108		2		7					118
Cumprimento de sentença	71	6		1								78
Ação Civil Coletiva	63	10		1								74
Apelação / Reexame necessário	31	40										71
Ação Penal - procedimento ordinário	57	8		1								66
Procedimento Sumário	53	9										62
Execução da pena	55	1										56
Mandado de Segurança coletivo	45	5										50
Ação de alimentos	47											47
Outras medidas provisórias	36	11										47
Execução contra a Fazenda Pública	29	16						1				46
Inventário	45											45
Outros procedimentos de jurisdição voluntária	34	7										41

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	CNJ	STJ	JUSTIÇA ELEITORAL	TST	TSE	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	STM	NI	TOTAL GERAL
Recurso inominado	18	21		1								40
Ação de investigação judicial eleitoral						35						35
Alvará judicial	27	3	2									32
Procedimento de cumprimento de sentença/decisão	32											32
Dúvida	27	3										30
Ação Civil de Improbidade Administrativa	21	5										26
Reintegração / Manutenção de posse	20	1										21
Ação penal - procedimento sumário	18	2										20
Pedido de providências				18	1							19
Despejo	17											17
Providência	17											17
Recursos trabalhistas			13				4					17
Busca e apreensão em alienação fiduciária	16											16
Divórcio litigioso	16											16
Execução provisória	16											16
Despejo por falta de pagamento cumulado com cobrança	15											15
Agravo de instrumento em recurso de revista			4		1		9					14
Alimentos - Lei Especial n.º 5.478/68	13	1										14
Ação popular	9	3			1							13
Consignação em pagamento	10		2									12
Monitória	12											12
Ação Penal de Competência do Júri	10											10
Agravo					8		1	1				10
Agravo de instrumento em agravo de petição		8	2									10
Agravo de instrumento em recurso ordinário			4		4		1	1				10
Tutela	10											10
Execução fiscal	5	4										9
Ação Trabalhista - rito sumaríssimo			8									8
Alimentos - provisionais	5	3										8
Guarda	8											8
Separação litigiosa	8											8

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	CNJ	STJ	JUSTIÇA ELEITORAL	TST	TSE	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	STM	NI	TOTAL GERAL
Suspensão de liminar ou antecipação de tutela	7	1										8
Despejo por falta de pagamento	7											7
Execução de multa	7											7
Falência de empresários, sociedades empresariais, microempresas e empresas de pequeno porte	7											7
Habilitação de crédito	7											7
Imissão na posse	7											7
Protesto	7											7
Recurso administrativo	2	1	1		3							7
Recurso especial eleitoral					1			6				7
Representação por excesso de prazo				7								7
Ação de cumprimento			2		4							6
Apuração de irregularidades em entidades de atendimento	6											6
Assistência judiciária	6											6
Divórcio consensual	6											6
Exceção de coisa julgada	6											6
Processo eleitoral						6						6
Recurso em <i>habeas corpus</i>	1				5							6
Apelação					5							5
Cobrança de cédula de crédito industrial	5											5
Desapropriação	4	1										5
Habilitação	4	1										5
Interdição	5											5
Reclamação/Revisão disciplinar				5								5
Recurso de revista					1		4					5
Tutela c/c destituição do poder familiar	5											5
Ação de impugnação de mandato eletivo						4						4
Ação Penal - procedimento sumaríssimo	2	2										4
Ação Trabalhista - rito sumário (alçada)			4									4
Arrolamento de bens	4											4
Auto de prisão em flagrante	4											4
Cumprimento provisório de decisão	3			1								4

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	CNJ	STJ	JUSTIÇA ELEITORAL	TST	TSE	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	STM	NI	TOTAL GERAL
Demarcação / divisão	4											4
Dissídio coletivo			3				1					4
Execução hipotecária do sistema financeiro da habitação	3	1										4
Medidas Protetivas - Estatuto do Idoso	4											4
Processo administrativo disciplinar em face de servidor	3	1										4
Recurso em mandado de segurança					3					1		4
Relaxamento de prisão	3				1							4
Retificação ou suprimento ou restauração de registro civil	4											4
Abertura, registro e cumprimento de testamento	3											3
Alvará judicial - Lei nº. 6858/80	3											3
Anistia		3										3
Anulação e substituição de títulos ao portador	3											3
Apelação cível					3							3
Avarias	2	1										3
Averiguação de paternidade	3											3
Consulta				3								3
Correição ordinária	3											3
Crimes de imprensa	3											3
Dissolução e liquidação de sociedade	3											3
Embargos à execução fiscal	2	1										3
Embargos do acusado	1	2										3
Impugnação ao cumprimento de decisão	3											3
Impugnação ao cumprimento de sentença	3											3
Liquidação por artigos	2	1										3
Medidas assecuratórias		3										3
Medidas de proteção à criança e adolescente	3											3
Prestação de contas - exigidas	3											3
Recurso em sentido estrito	1				2							3
Regulamentação de visitas	3											3
Restituição de coisas apreendidas	3											3
Retificação de registro	3											3

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	CNJ	STJ	JUSTIÇA ELEITORAL	TST	TSE	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	STM	NI	TOTAL GERAL
de imóvel												
Sobrepilha	3											3
Ação penal eleitoral						2						2
Adoção	2											2
Adoção c/c destituição do poder familiar	2											2
Alienação judicial de bens	2											2
Arguição de suspeição e impedimento				2								2
Arrolamento comum	2											2
Arrolamento sumário	2											2
Atentado	2											2
Conversão de pena					2							2
Crimes contra a propriedade intelectual	2											2
Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos	2											2
Declaração de ausência	2											2
Declaratória de constitucionalidade	2											2
Desapropriação imóvel rural por interesse social		2										2
Embargos à execução					2							2
Embargos infringentes e de nulidade	2											2
Execução de medida de segurança		2										2
Instrução de rescisória	2											2
Justificação	1	1										2
Reabilitação	1	1										2
Reclamação disciplinar	2											2
Recurso contra expedição de diploma						2						2
Reexame necessário / recurso ordinário					2							2
Restituição de coisa ou dinheiro na falência do devedor empresário	2											2
Revisional de aluguel	2											2
Separação consensual	2											2
Suspensão de execução de sentença	2											2
Tutela e curatela - nomeação	2											2
Ação anulatória de cláusulas convencionais					1							1

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	CNJ	STJ	JUSTIÇA ELEITORAL	TST	TSE	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	STM	NI	TOTAL GERAL
Ação de improbidade administrativa					1							1
Ação Penal					1							1
Ação Penal Militar - procedimento ordinário									1			1
Agravo de instrumento em recurso de <i>habeas corpus</i>					1							1
Agravo de instrumento em recurso ordinário para o STF			1									1
Agravo de petição			1									1
Alienação de bens do acusado	1											1
Apreensão de títulos	1											1
Autorização judicial	1											1
Boletim de ocorrência circunstanciada	1											1
Cautelar fiscal	1											1
Cautelar inominada					1							1
Consignatória de aluguéis	1											1
Conversão de separação judicial em divórcio	1											1
Crimes contra a propriedade imaterial	1											1
Crimes de calúnia, injúria e difamação de competência do juiz singular	1											1
Cumprimento provisório de sentença	1											1
Embargos à adjudicação		1										1
Embargos em agravo de instrumento							1					1
Exceção de incompetência de juízo	1											1
Execução de termo de conciliação de CCP			1									1
Execução em mandado de segurança					1							1
Exibição	1											1
Herança jacente	1											1
Impugnação de assistência judiciária	1											1
Inquérito extrajudicial	1											1
Insolvência civil	1											1
Interdito proibitório	1											1
Investigação contra magistrado	1											1
Justificação de dinheiro		1										1

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	CNJ	STJ	JUSTIÇA ELEITORAL	TST	TSE	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	STM	NI	TOTAL GERAL
a risco												
Nunciação de obra nova	1											1
Opção de nacionalidade		1										1
Pedido de avocação de processo disciplinar				1								1
Pedido de busca e apreensão criminal	1											1
Pedido de prisão preventiva	1											1
Procedimento especial da Lei Antitóxicos	1											1
Processo administrativo disciplinar em face de magistrado	1											1
Recuperação judicial	1											1
Recurso em sentido estrito/recurso <i>ex officio</i>	1											1
Recursos eleitorais								1				1
Regularização de registro civil	1											1
Representação criminal					1							1
Restauração de autos				1								1
Revisão disciplinar				1								1
Sonegados	1											1
Usucapião	12											12
Não informado	212	57	10	9	4		1				2	295
total geral	1.564	286	166	52	62	49	29	10	1	1	2	2.222

Não foram computados os processos em tramitação no STF.

As reclamações concernentes a processos não julgados representaram 57,43% dos registros, e os em fase de execução, 28,76%. No segundo trimestre, a maior parte não havia sido julgada (1.161 = 58,93%), e quanto à execução, 1.428 (72,49%) não haviam atingido tal fase.

LOCALIZAÇÃO	JULGADO			EM EXECUÇÃO			Totais
	SIM	NÃO	N/A	SIM	NÃO	N/A	
Justiça Estadual	624	940		447	1.117		1.564
Justiça Federal	101	185		56	230		286
Justiça do Trabalho	127	39		109	57		166
Conselho Nacional de Justiça			52			52	52
Superior Tribunal de Justiça	20	42		11	51		62
Tribunal Superior do Trabalho	13	16		9	20		29
Justiça Eleitoral	6	43		6	43		49
Tribunal Superior Eleitoral		10			10		10
Superior Tribunal Militar	1			1	0		1
Justiça Militar da União		1			1		1

LOCALIZAÇÃO	JULGADO			EM EXECUÇÃO			Totais
	SIM	NÃO	N/A	SIM	NÃO	N/A	
Não informado			2			2	2
	892	1.276	54	639	1.529	54	2.222
Total geral	40,14%	57,43%	2,43%	28,76%	68,81%	2,43%	100,00%

Não contabilizados os processos em tramitação no STF.

2.3. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO NOME DO CNJ

A Ouvidoria continua a receber notícias de tentativas de estelionato contra pessoas que são parte em processos judiciais. No terceiro trimestre de 2013, foram recebidas 2 manifestações em que foi utilizado o nome do CNJ e 2 em que foi utilizado nome de órgão do Poder Judiciário. O procedimento recorrente consiste em o golpista, usando do nome do CNJ ou de tribunal, solicitar vantagem indevida à possível vítima mediante promessa de intermediação para recebimento de valores pendentes de pagamento em causas em tramitação no Poder Judiciário.

Os registros recebidos têm sido encaminhados à Corregedoria Nacional de Justiça e juntados ao processo 0000283-67.2011.2.00.0000, ali em curso. Com base nessas manifestações, foi instaurado o inquérito policial 1.838/2010-4-SR/DPF/DF, no Departamento de Polícia Federal.

A Ouvidoria tem orientado os cidadãos acerca da atuação do CNJ e informando que as decisões do Conselho são de natureza administrativa e que não faz contato telefônico para cobrar valores referentes a ações em curso no Poder Judiciário.

3. A PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DO CNJ

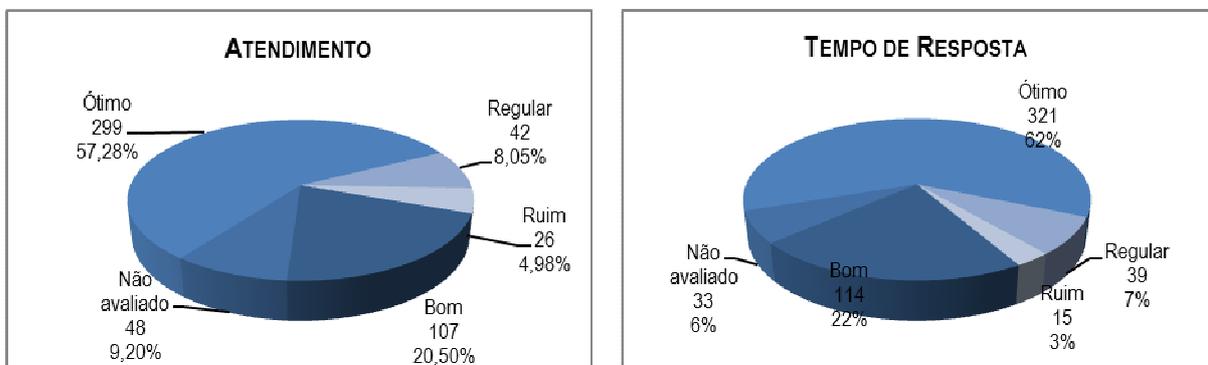
A tabela abaixo discrimina a participação das unidades do CNJ no atendimento das demandas relacionadas às respectivas áreas de atuação, demonstrando a importância do auxílio das unidades para o adequado desfecho das solicitações iniciadas na Ouvidoria:

SETOR	CONCLUÍDO	EM ABERTO	TOTAIS
Corregedoria Nacional de Justiça	200	1	201
Dep. de Monitoramento e Fiscalização do Sist. Carcerário e do Sist. de Exec. de Med. Socioeducativas	129		129
Secretaria Processual	43		43
Secretaria de Comunicação Social	17		17
Departamento de Pesquisas Judiciárias	14	2	16
Seção de Protocolo e Digitalização	14		14
Centro de Formação e Aperf. de Servidores do Poder Judiciário	5	2	7
Seção de Seleção e Gestão de Desempenho	7		7
Departamento de Gestão Estratégica	4		4
Diretoria Geral	3		3
Gabinete do Conselheiro Emmanoel Campelo	3		3
Seção de Acompanhamento das Resoluções e Recomendações	3		3
Seção de Educação Corporativa	3		3

SETOR	CONCLUÍDO	EM ABERTO	TOTAIS
Gabinete da Presidência	2		2
Gabinete da Conselheira Gisela Gondin Ramos	2		2
Gabinete da Conselheira Ana Maria Duarte Amarante Brito	1	1	2
Gabinete do Conselheiro Rubens Curado Silveira	2		2
Gabinete da Conselheira Deborah Ciocci	2		2
Gabinete do Conselheiro Guilherme Calmon Nogueira Da Gama	2		2
Assessoria Jurídica	1		1
Departamento de Acompanhamento Orçamentário	1		1
Gabinete do Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira	1		1
Gabinete do Conselheiro Flavio Portinho Sirangelo	1		1
Gabinete da Conselheira Maria Cristina Irigoyen Peduzzi	1		1
Secretaria-Geral	1		1
Total geral	462	6	468

4. AVALIAÇÃO DA RESPOSTA

Com o objetivo de aferir o grau de qualidade do serviço prestado pela Ouvidoria, tem-se oferecido aos cidadãos a opção, não obrigatória, de avaliar a resposta e a atuação da Ouvidoria, no que refere aos fatores atendimento, tempo para resposta, desfecho e clareza da resposta. Os resultados obtidos estão detalhados nos gráficos e tabela a seguir:



	CLAREZA		DESFECHO	
	TOTAIS	%	TOTAIS	%
Não	266	50,96%	101	19,35%
Sim	256	49,04%	421	80,65%
Total	522	100,00%	522	100,00%

Os dados demonstram considerável satisfação dos demandantes quanto ao atendimento, tempo para envio da resposta e clareza pelos serviços prestados pela

Ouvidoria, porém baixa satisfação quanto ao desfecho da manifestação, o que indica que a Ouvidoria precisa continuar a buscar o aprimoramento de seu trabalho.

5. ENCAMINHAMENTO DE DEMANDAS A OUTROS ÓRGÃOS

Conforme dispõem os arts. 2.º e 4.º, III, da Resolução 103/2010, do CNJ, houve, no período, 2.379 encaminhamentos às ouvidorias e corregedorias dos tribunais e a outros órgãos judiciais. Essas demandas tratavam de atraso na movimentação processual e de questões específicas dos órgãos jurisdicionais. Quando necessário, considerando a hipótese do art. 7.º, I, da resolução, houve orientação aos demandantes para direcionar seu questionamento ao CNJ. O quadro a seguir detalha os encaminhamentos:

ÓRGÃO DE DESTINO	ACOMPANHAMENTO COM SOLUÇÃO	EM ACOMPANHAMENTO	ENVIADO SEM ACOMPANHAMENTO	ACOMPANHAMENTO SEM SOLUÇÃO	TOTAIS
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP)	313	20	9		342
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ)	330		8		338
Ouvidoria do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	68	176	3	2	249
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)	117	2	2		121
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE)	90	9	1		100
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3)	55	22			77
Ouvidoria Judiciária do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1)	63	8	1		72
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR)	63	2	1		66
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)	43	21	1		65
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO)	57	1			58
Ouvidoria do Superior Tribunal de Justiça (STJ)	55		2		57
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2)	19	36		1	56
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1)	46	4	3		53
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS)	33	18			51
Ouvidoria do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB)	37	6			43
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA)	19	18	4		41
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2)	34	6	1		41
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)	34	4	1		39
Ouvidoria do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (TST e CSJT)	34	2			36
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA)	29	3			32
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT)	30		1		31
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT)	26	5			31

ÓRGÃO DE DESTINO	ACOMPANHA- MENTO COM SOLUÇÃO	EM ACOMPAN- NHAMENTO	ENVIADO SEM ACOMPANHA- MENTO	ACOMPANHA- MENTO SEM SOLUÇÃO	TOTAIS
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN)	16	14	1		31
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC)	22	4	1		27
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ)	24	2			26
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS)	7	18			25
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM)	20	3	1		24
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5)	19	1			20
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL)	14	5			19
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI)	16	3			19
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE)	19				19
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5)	11	3			14
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT15)	12		1		13
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6)	9	1	2		12
Central do Eleitor - Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	6	3			9
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Tocantins (TJTO)	6	3			9
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3)	7		1		8
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO)	7				7
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC)	4	3			7
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT10)	4	3			7
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT16)	4	3			7
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4)	6	1			7
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Seção Judiciária do Paraná (TRF4/SJPR)	2	2	1		5
Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)	5				5
Central do Cidadão e Atendimento - Supremo Tribunal Federal (STF)			4		4
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE)	4				4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT11)	3	1			4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (TRT21)	2	2			4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4)	3				3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7)	3				3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9)	3				3
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG)	3				3

ÓRGÃO DE DESTINO	ACOMPANHAMENTO COM SOLUÇÃO	EM ACOMPANHAMENTO	ENVIADO SEM ACOMPANHAMENTO	ACOMPANHAMENTO SEM SOLUÇÃO	TOTAIS
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Seção Judiciária do Rio Grande do Sul (TRF4/SJRS)		3			3
Gerência de Registro e Suporte à Ação Correcional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - GECOR (TJMG)	1		1		2
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR)	2				2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT18)	2				2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (TRT19)	1		1		2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (TRT20)	1	1			2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (TRT22)	2				2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT23)	2				2
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI)	1	1			2
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Seção Judiciária de Santa Catarina (TRF4/SJSC)	2				2
Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)		1			1
Ouvidoria Administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1)	1				1
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT12)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (TRT17)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT24)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN)		1			1
Total Geral	1.879	445	52	3	2.379

Na maior parte dos encaminhamentos aos órgãos do Judiciário, solicita-se que a providência adotada seja informada à Ouvidoria do CNJ, para registro ou adoção de medidas. Das 2.379 manifestações encaminhadas, 1.879 (78,98%) obtiveram solução, enquanto que 445 (18,71%) permaneciam em acompanhamento e 3 (0,13%) foram finalizadas sem solução.

Uma demanda foi encaminhada para a Ouvidoria do Ministério Público Federal.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados do período tratados neste relatório seguem o padrão observado nos trimestres anteriores, com menção particular aos dados concernentes às demandas pertinentes à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011) e as demandas sobre a sociedade empresária Ympactus Comercial Ltda (TelexFree).

Os relatos pertinentes à Ympactus Comercial Ltda. (TelexFree) permaneceram em primeiro lugar neste trimestre, já que o recebimento dessas demandas ocorreram entre o final do mês de junho e início do mês de julho, compreendido neste relatório.

Foram recebidos na Ouvidoria do CNJ, neste trimestre, 77 relatos com base na Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011), que entrou em vigor em 16 de maio de 2012. Constata-se uma pequena redução em relação ao semestre anterior, quando o SIC recebeu 84 pedidos de acesso à informação.

Se não considerarmos os relatos referentes à *TelexFree* (10.313 manifestações), o relatos referentes a *morosidade processual* permanecem como o tema de maior incidência dentre os relatos recebidos com 2.481 demandas, seguidos de *atuação de magistrado* com 220 e em terceiro lugar, *concurso público para servidor do Poder Judiciário* com 212 relatos.

O que podemos constatar no período que compreende este relatório, comparando com o trimestre anterior, é que houve uma mudança no *ranking* de manifestações recebidas.

Enquanto naquele relatório, o segundo lugar foi ocupado pelo assunto *decisão judicial*, seguido por *andamento/situação processual no CNJ (sem sigilo)*, neste relatório verificamos que estes assuntos ocupam o 5º e o 14º lugares, respectivamente.

Brasília, 18 de dezembro de 2013.

GILBERTO VALENTE MARTINS
Conselheiro Ouvidor

Cristiana Gontijo Bastos
Chefe do Gabinete da Ouvidoria

Flávia Somorovski Torres
Chefe de Seção

Allan Breno Santos Pereira - estagiário
Anderson Moreira da Silva - secretário
Francisca Silva e Leal Filha - secretária
Edinéia Coimbra de Oliveira - servidora

Eunice de Costa Oliveira - recepcionista
Hubner Alessandro Rocha - servidor
Mariana Feltrini Turibio - servidora
Rebeca Pereira de Oliveira - recepcionista